DISCURSO

Boa noite, Senhoras e Senhores:

Honrados estamos com a presença de todos. É com grande alegria que cumprimentamos os presentes, nas pessoas do Exmo. Sr. Governador Arnóbio Marques, do Exmo. Sr. Deputado Edvaldo Magalhães e saudamos todos os Desembargadores, na pessoa da Exma. Desembargadora Isaura Maia.

Agradecemos a honrosa presença de todos os Juízes. E aos dedicados servidores do Poder Judiciário.

Agradecemos aos ilustres membros do Ministério Público, Promotores e Procuradores de Justiça, aos Procuradores do Estado, Defensores Públicos e aos senhores advogados.

Agradeço, em particular, aos meus familiares, incansáveis e fiéis incentivadores que, apesar de minha presença deles subtraída, dispensam-me compreensão e terno afeto. Ao meu pai, Saul Ranzi, em especial, que, no alto de seus quase noventa e um anos, não obstante a distância que separa o Rio Grande do Sul do Acre, aqui está, acompanhando mais um passo da minha jornada, alegrando meu coração.

Agradecemos também as bondosas palavras dos Excelentíssimos Desembargador Arquilau de Castro Melo, do Procurador de Justiça Sammy Barbosa Lopes e do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Acre, Florindo Poersch.

Hoje, assumimos mais desafios: sermos o administrador do Egrégio Tribunal de Justiça e bem desempenharmos tão honrosa tarefa da qual nos incumbiram nossos pares, ao nos confiarem o encargo de gestor do Poder Judiciário acreano, que completará 46 anos de sua implantação, quase o mesmo tempo em que aqui ao Acre chegamos, já que, em poucos dias, completar-se-ão 40 anos que esta terra nos acolheu, tendo-a escolhido para cumprir nossa missão de homem e de cidadão.

A tarefa do gestor será encontrar as melhores soluções para os desafios que se apresentarem. Sabemos da responsabilidade do cargo e nos comprometemos a fazer, no mínimo, tanto quanto já fizeram aqueles que nos antecederam, que deixaram suas contribuições duradouras em nosso Tribunal, permitindo a continuidade da prestação jurisdicional, finalidade deste Poder.

Aliás, como assevera o art. 2.º, da nossa Lei de Organização Judiciária, nossa Missão é: "... assegurar a paz e a ordem social, bem como proteger e restaurar direitos (...)".

Para tanto, no Plano de Gestão para o biênio 2009-2011, assumimos a visão de: "Sermos o melhor Poder Judiciário Estadual da Amazônia", adotando como diretrizes a

racionalização dos serviços administrativos e judiciais; o investimento em pessoas e tecnologia e o planejamento estratégico.

A fim de alcançarmos o objetivo proposto, cabe a tarefa de gerir, não só com eficácia, mas também com eficiência, os recursos que estão à nossa disposição: recursos humano, tecnológico e financeiro.

O recurso humano receberá especial atenção, já que todo o nosso desempenho, todas as nossas ações são dependentes da qualificação, do preparo e dedicação dos Magistrados e Servidores.

Do seu eficiente e criterioso trabalho profissional resulta a própria eficácia das decisões judiciais, a satisfação do jurisdicionado – aquele que nos procura, para resolução de suas lides. Especialmente por isso, empregaremos todo o esforço possível para a continuação da modernização dos métodos de trabalho e melhoria das condições físicas e materiais, objetivando o crescimento pessoal e profissional dentro da instituição a que servem com inegável e indispensável competência, reconhecendo serem eles peças fundamentais para o sucesso de nosso trabalho.

Importante é fazê-los partícipes desta administração e do processo judicial e administrativo como um todo, pois, cientes da necessidade de profissionais competentes, servidores compromissados, que tenham interesse em bem servir o jurisdicionado, é que será implementada a gestão de pessoas, que envolve a capacitação, motivação, incentivo à formação e alocação adequada às qualificações e às suas aptidões, buscando, sempre, a excelência do trabalho prestado.

Investiremos na qualificação em todos os níveis, pois motivar os servidores, fazê-los conhecedores de sua importância e missão, cientes de que, trabalhando no Poder Judiciário, onde deságuam os mais variados conflitos e dramas do dia-a-dia, é nosso compromisso.

No que tange a recursos tecnológicos, temos o Sistema de Automação do Judiciário como ferramenta principal, que, obedecendo a regras de uniformização ditadas pelo Conselho Nacional de Justiça, facilitará a tramitação processual, com classificação, assuntos e movimentação processual padronizados, gerando, desta forma, dados estatísticos – exemplo disso é a “Justiça em números” e a “taxa de congestionamento” – daí se observa, com essa e outras medidas, que o Judiciário passou a ser Nacional.

Esperamos, em breve, a completa interligação de todas as Comarcas e Municípios, onde estão instalados os Centros Integrados de Cidadania.

Nesse particular, deveremos utilizar adequada e eficientemente o Sistema de Automação do Judiciário, como instrumento facilitador do nosso trabalho rotineiro, e também como instrumento de controle e informação processual. Assim, deveremos buscar no Sistema informações capazes de apontar a real demanda de cada Juiz, bem como qual a necessidade de servidores para o célere trâmite das demandas, para planejamento e execução de nossas ações.

Quanto aos recursos financeiros e orçamentários, devemos estar atentos à atual conjuntura econômico-social, sem ignorar possíveis reflexos que possam atingir o Judiciário.

Desejamos registrar a sensibilidade demonstrada pelo Governo Estadual neste exercício, ao dotar o Poder Judiciário de orçamento adequado às nossas necessidades.

Deveremos utilizar os recursos disponíveis, tanto provenientes do Estado, quanto de Convênios, de Emendas Parlamentares e de Parcerias, eficientemente, com gestão responsável, evitando-se o desperdício, com um controle rígido e zelando para que esses recursos sejam aplicados dentro do rigor das normas orçamentárias, financeiras e de responsabilidade fiscal.

O Judiciário, na maioria das vezes, trabalha com o conflito já estabelecido. É necessária, portanto, a nossa compreensão, sabermos filtrar, sopesar os fatos, para termos a real dimensão do problema, a fim de que, como dito, possamos dar a solução de forma razoável, sensata e justa.

Somos prestadores de serviço público e devemos encontrar soluções rápidas, com segurança jurídica, respeitando o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

Pensamos que devemos trabalhar com objetividade, evitando o "retrabalho", isto é, evitando-se perda de tempo com trabalho que já foi produzido.

Nessa esteira, defendemos a difusão e o fortalecimento dos juízos de primeiro grau. E, para tanto, no próximo dia 06, será divulgado o resultado provisório do concurso para provimento de cargos para o ingresso de 10 novos Juízes. Também estamos em fase final do Concurso para privatização dos Cartórios Extra-Judiciais, ou seja, o de Registros Públicos, Tabelionato e Registro de Imóveis, entre outros, cujos aprovados assumirão na qualidade de delegatários. Para 2009, estão previstos em nosso orçamento novos concursos para Juízes e servidores, já que a mobilidade de pessoal é uma realidade e isso acaba gerando lacunas em nosso quadro, que precisa, constantemente, ser renovado.

Desejamos proporcionar aos cidadãos acesso fácil à prestação jurisdicional, o bom atendimento, com cumprimento dos horários de trabalho e prestação de informações em linguagem acessível ao cidadão, em resposta aos problemas apresentados, com decisões de caráter esclarecedor e didático.

Pensamos que o Poder Judiciário, como instituição política consagrada pela Constituição, deverá se integrar em todos os níveis de poderes para, em ações conjuntas, com a confluência de interesses, administrar custos e trabalhar no mesmo objetivo. Até porque, como disse a Exma. Sra. Ellen Gracie, Ministra do STF, "a Justiça não é assunto que diga respeito exclusivamente aos membros do Poder Judiciário.

Justiça, em sentido amplo, é tarefa cotidiana de todos os cidadãos e responsabilidade do convívio social. Faz justiça todo aquele que demonstra consideração e respeito pelo direito do próximo. E prossegue Sua Excelência: Em suma, todos nós temos compromisso com a Justiça. É apenas quando a relação de consideração e respeito pelo direito alheio falha que nós, os juízes, somos chamados a atuar. Justiça é tarefa de todos, é o ato de construir, persistente e quotidianamente uma sociedade melhor."

Também buscaremos parcerias com instituições privadas, e esperamos continuar contando com a sensibilidade dos senhores parlamentares federais e senadores, para

proporcionarmos cidadania nas ações da Justiça Comunitária e do Projeto Cidadão, entre outros.

Desde já esperamos dos Membros desta Administração, Excelentíssimo Senhor Desembargador Adair José Longuini, Vice-Presidente e do Excelentíssimo Senhor Desembargador Samoel Martins Evangelista Corregedor Geral da Justiça (já trabalhamos juntos na Comarca de Cruzeiro do Sul-AC, quando iniciamos na Judicatura) o bom convívio que, com certeza, se estabelecerá durante o Biênio que agora se inicia.

Senhores, estes são os "autos do processo". Para tanto, acabamos de ser citados formalmente, assinamos o Termo de Posse e aceitamos o encargo. E é com grande honra que passaremos a ser o gestor e o porta-voz deste eminente Tribunal de Justiça durante os dois próximos anos.

Contamos com a colaboração de todos e, desde já, agradecemos pela fé na certeza de que seremos um Tribunal de referência, de excelência, nos paradigmas propostos.

Relembrando mais uma vez a boa acolhida que nos foi dada por esta terra, o Estado do Acre, peço licença a todos para agora citar um poema de Jayme Caetano Braun, poeta gaúcho, intitulado Hospitalidade. Queremos ainda ressaltar que algumas alterações por nós serão feitas:

Hospitalidade
No linguajar barbaresco
E xucro da minha gente
Teu sentido é diferente,
Substantivo bendito,
Pois desde o primeiro grito
De "ó de casa" dado aqui,
O Rio Grande /(O Acre) fez de ti
O mais sacrossanto rito!
.....

Hospitalidade é o mate (o tacacá)
Da chaleira casco preto (cuia de casco preto);
É a graxa que do espeto
Vai respingando na brasa; (é a farinha, a tapioca, o pão de milho e a farofa invadindo nossa mesa)
É o truco, que a casa vasa,
Sempre está pintando "Flor",
É o Rancho de corredor
E sombra de oitão de casa! (É a gameleira, o rio Acre, é o povo nas nossas praças)
.....

Mas porém, sintetizada,
Num traste de uso machaço
A hospitalidade é um laço
Bem grosso e de armada grande
Que Deus trançou, pra que ande,
Apresilhado ao cinchão,
Nos tentos do Coração

Dos gaúchos do Rio Grande! E dos acreanos das lutas e das vitórias!
Agradecemos a Deus, doador da vida, mantenedor da esperança e justo Juiz.

Nesse sentido, usamos Suas palavras, colhidas em Provérbios 21:21, que, esperamos, sirvam de luz e sabedoria para nossas vidas: “O que segue a justiça e a beneficência achará a vida, a justiça e a honra.”

Assim seja!

OBRIGADO.